

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 63
26 de junho de 2010

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa tarde a todos, sejam bem-vindos. Desculpem ter falhado semana passada; não foi possível transmitir a aula da Colômbia. E o atraso de hoje foi causado por correrias devido à chegada da minha esposa, Roxane, que ficou retida na Colômbia porque os seus documentos foram roubados. Ela teve que ir à embaixada fazer toda a papelada de novo, mas já está aqui sã e salva.

Eu queria começar hoje com um assunto de lógica, e depois aproveitar as conclusões que nós obtivemos nessa parte para analisar um texto de Friedrich von Hayek, o grande economista, autor de um livro importantíssimo, *The Road to Serfdom* (*O caminho da servidão*). Além desse, Hayek escreveu muitos outros livros, com pretensões mais teóricas, em que comete algumas falhas. Ele é um analista muito bom do fenômeno comunista e da economia estatista em geral, mas quando tenta fundamentar sua análise filosoficamente incorre em alguns erros. Esses erros não são propriamente dele, mas estão espalhados, por assim dizer, pela mentalidade contemporânea, e expressam algumas crenças que estão de certo modo arraigadas na comunidade acadêmica até hoje. Eu vou tentar esclarecer essas questões aqui.

Mas — apesar dos rodeios que fazemos de vez em quando para abordar outros assuntos que vão dar base à filosofia da lógica que estamos tentando explicar — o assunto ainda é a lógica. Então vamos voltar hoje à questão do que é um juízo, preparando o estudo da ordem silogística, da ordem dedutiva, que ainda deverá nos ocupar nas próximas semanas. Concedemos bastante atenção à filosofia do conceito, e agora vamos passar ao juízo.

O juízo consiste basicamente em afirmar a existência de um sujeito ou de um de seus atributos, de uma das suas determinações. Um conceito por si mesmo é algo indeterminado. Por exemplo, o termo “elefante” designa uma espécie apenas de maneira indeterminada, mas ao falar “elefante asiático”, “elefante africano”, “elefante gordo”, “elefante pequeno”, “elefante doente”, “elefante cor de rosa com bolinhas”, introduz-se determinações no conceito. Determinação é sempre uma especificação do conceito que o traz desde as alturas da generalidade até uma particularidade mais concreta.

Substantivamente falando, isto é o juízo: a afirmação ou da existência de um sujeito, por exemplo, “Deus é”, “eu sou” (em termos lógicos se usa o verbo ser para emitir o juízo de existência); ou de alguma das suas determinações, por exemplo, “o elefante tem quatro patas”.

Formalmente falando, o juízo estabelece a conveniência ou inconveniência entre dois conceitos; ele avalia a aplicabilidade do segundo conceito ao primeiro. Por exemplo, se “ter quatro patas” se aplica ou não se aplica ao conceito de elefante, isto é, se convém ou não convém ao conceito de elefante.

Psicologicamente considerado, o juízo é o simples ato de pré-afirmar algo. Não digo exatamente afirmar, pois isso subentende declaração em voz alta; trata-se do ato de assentir ou dissentir, de concordar ou discordar de alguma coisa.

Um detalhe importante é que a proposição (a expressão verbal do conceito) compõe-se de partes: sujeito, verbo e predicado — ou o sujeito e o verbo, no caso de uma proposição de tipo existencial, por exemplo, “Deus existe” ¹. No entanto, o juízo, como afirmam todos os manuais clássicos de lógica é um ato único. Ou seja, a proposição se compõe de partes, a expressão verbal se decompõe em partes, mas o juízo (a afirmação, o ato de concordar ou discordar) é um ato único e indecomponível que corresponde a uma percepção intuitiva que se tem. Quando se diz que o elefante tem quatro patas, o elefante e as quatro patas estão juntos; não há aqui o elefante e ali as quatro patas. A proposição, pelo contrário, decompõe.

Notem que a percepção de que um elefante tem quatro patas é um ato intuitivo, não é em si mesmo um ato lógico. Apenas ao ser expresso na proposição isso entra na cadeia lógica e pode ser aceito ou rejeitado como verdadeiro ou falso. É necessário haver antes a intuição de algo para daí então fazer um juízo. Mesmo que se raciocine em termos de pura lógica, sem referência a um objeto qualquer, é necessário haver a intuição daqueles signos que representam os conceitos. Mesmo ao desenhar um quadradinho, depois outro e pôr um sinal de igual entre eles, não existe aí uma operação puramente lógica, de puro pensamento, sem presença do ato intuitivo. É necessária a intuição dos quadradinhos, é necessário percebê-los. Mesmo em uma proposição toda com letras ou sinais, por exemplo, “se $a=b$ e $b=c$, então $a=c$ ”, tem de haver a intuição desses sinais, e também tem de haver a própria intuição da identidade das coisas. Você já sabe intuitivamente que está falando da mesma coisa, embora a tenha representado por sinais diferentes. A proposição “ $a=b$ e $b=c$, logo $a=c$ ” reduz-se em última análise a “ $a=c$ ” ou “ $a=a$ ”, e essa identidade entre os vários conceitos é percebida intuitiva e imediatamente.

É por isso que os autores de tratados clássicos de lógica na linha mais ou menos escolástica sempre afirmaram que o juízo é um ato único e indecomponível. Ele não é em si mesmo um ato lógico. A lógica começa no encadeamento do juízo, ao passo que o juízo, enquanto ato psicológico, ato existencial, ato vital de concordar ou discordar, não tem partes. As pessoas às vezes se deixam confundir porque as proposições e as frases compõem-se de partes.

Ao vermos duas bolinhas em cima da mesa, e percebermos que elas são idênticas na forma, há aí um ato intuitivo; ao vermos no papel signos algébricos nos quais se reconhecem identidades ou diferenças, também realizamos o mesmíssimo ato intuitivo; se simplesmente pensamos em tais signos, também está havendo um ato intuitivo, apenas de um objeto diferente. Ora, uma coisa são duas bolinhas na mesa, outra coisa são letras que representam as bolinhas, e uma terceira coisa são vagas intenções mentais que correspondem ou representam as bolinhas. Mas em todos esses casos houve um ato intuitivo, variando apenas o objeto. Ou seja, mesmo na estrutura lógica a mais abstrata que se possa pensar, em que não haja a mais mínima referência a nenhum objeto do mundo sensível, ainda assim [00:10] o juízo (a concordância ou discordância) continua sendo um ato intuitivo.

¹ A diferença entre as proposições existenciais e as proposições atributivas – quer dizer, entre as proposições que simplesmente afirmam a existência de algo e as que afirmam a existência de um determinado predicado – não nos interessa por enquanto.

Não há, portanto, nenhuma instância na qual se possa dizer que o pensamento lógico dispense a presença do sujeito humano real que concorda ou discorda. Mesmo que se faça uma dedução enorme no computador, ele por si mesmo não pode concordar ou discordar. Ele simplesmente pode mostrar a alguém a estrutura do raciocínio operando mecanicamente com sinais, que — para o sujeito real, e não para ele — representam algo. Isso quer dizer que o ato central do pensamento lógico — que é o juízo — requer a presença do sujeito cognoscente humano real. Não há como escapar disso. Mais ainda: abstraído o sujeito, não há distinção possível entre uma proposição categórica (uma proposição que afirma a realidade ou verdade de alguma coisa) e uma proposição hipotética.

Existem três tipos de proposições hipotéticas. Primeiramente aquelas que se chamam conjuntivas, em que se afirmam duas proposições, estando a verdade da afirmação mais ou menos condicionada à verdade de cada uma (isto e aquilo; $a = b$ e $b = c$); em segundo lugar, temos as proposições disjuntivas (ou isto ou aquilo); finalmente, temos as proposições condicionais (se isto, então aquilo).

No raciocínio lógico do computador absolutamente todas as proposições são hipotéticas, porque o computador não pode ter o ato da concordância ou discordância. No centro mesmo da estrutura lógica existe um ato que tem implicações psicológicas e morais para o indivíduo. Se diante de uma proposição obviamente verdadeira, o sujeito humano não quiser concordar, nada pode forçá-lo. Quem quer que imagine que uma demonstração lógica possa se impor universalmente a todos os seres humanos, independentemente da boa ou má vontade de cada qual, está muito iludido. Não há prova absoluta: toda e qualquer prova — a mais exata, a mais impessoal, a mais científica que se imagine — sempre dependerá, em última instância, deste ato que se chama “o juízo” ou “o julgamento”, que é concordar ou discordar. Feita a abstração do sujeito humano, todo juízo converte-se em hipotético, restam apenas relações lógicas entre conceitos, o juízo (o assentimento e o dissentimento) desaparece por completo. Isso tem uma consequência terrível para as chamadas proposições modais.

Proposições modais são as que expressam não a mera concordância ou conveniência de um predicado a um sujeito, mas o modo pelo qual ele convém. Esses modos são quatro: a impossibilidade, a possibilidade, a contingência e a necessidade. A impossibilidade é uma proposição do tipo “é impossível que”. A possibilidade do tipo “é possível que”. A contingência se expressa na forma “não é impossível que” — quer dizer, não se sabe se a coisa em si mesma é possível, mas apenas que não há uma impossibilidade intrínseca. Finalmente, o juízo de necessidade, do tipo “absolutamente necessário que” — também pode se expressar como impossibilidade do oposto: “é impossível que não”.

Esses quatro juízos tornam-se absolutamente indiscerníveis se não há o sujeito humano. A não ser que um sujeito humano codifique certos sinais convencionais, dê-lhes o nome de possibilidade, de impossibilidade, de contingência e de necessidade e coloque tudo isso num computador. Mas, de qualquer maneira, o computador não vai afirmar e nem negar a impossibilidade ou a contingência do que quer que seja, apenas vai, como vimos, expor os sinais previamente combinados (codificados).

Isso é importante porque a tendência universal dos estudos de lógica é uma crescente automatização, de modo a tornar desnecessário ou mesmo inútil a presença do sujeito humano cognoscente. Tenta-se criar uma lógica que seja universalmente obrigante, independentemente da presença ou da admissão moral do sujeito cognoscente. Essa tentativa claramente falhou e, em consequência, surgiu toda uma infinidade de lógicas paradoxais, que são aquelas que funcionam de maneira contrária à lógica comum. Ocorre que essas lógicas partem de ideias como, por exemplo, a

de que “a” é diferente de “a”. Então elas também vão ser baseadas na mesma lógica comum, porque o conceito de diferente é baseado no conceito de igual. Ou seja, sem o princípio de identidade, não se poderia entender a lógica paradoxal.

Tudo isso é muito interessante tecnicamente, mas é apenas uma desconversa. Os problemas fundamentais continuam aí e quando não se quer tratar das questões substanciais, começa-se a dar volta em torno e lidar com tecnicismos que não vão substantivamente mudar nada.

Anos atrás eu lancei aquilo que eu chamava de “intuicionismo radical”: só existe conhecimento intuitivo, não existe conhecimento racional. Tudo o que nós chamamos de racional não passa de uma construção que se faz em cima e em torno de um ato intuitivo fundamental, que é o ato do juízo. Esse ato, por sua vez, vai se basear em outro ato intuitivo, que é o ato da apreensão da essência em um sujeito presente: o reconhecimento de que o elefante é um elefante, uma bolinha é uma bolinha, uma minhoca é uma minhoca. Inicialmente há o ato do conceito e depois o ato do juízo. Os dois são intuitivos, então todo o edifício lógico repousa, em última análise, em um ato intuitivo. Mesmo que haja uma construção lógica inteirinha sem a menor referência ao mundo da experiência real, a própria percepção da unidade, da consistência e da coerência interna deste raciocínio é um ato intuitivo. Não há como escapar disso. Mesmo que nas mais altas esferas de abstração faça-se um raciocínio todinho constituído de sinais. Como se apreenderia a unidade deste raciocínio? Não poderia ser por um meio lógico, porque então teria de haver a decomposição de raciocínios em outros raciocínios e em outros, infinitamente.

Então a simples capacidade de seguir um raciocínio, por mais curto que seja, é uma capacidade intuitiva: é a percepção de uma forma.

E, essa percepção não é mais exata ou mais confiável quando se trata de apreender formas lógicas do que quando se trata de apreender formas sensíveis: é exatamente a mesma coisa. Ao desenhar um quadradinho, um sinal de igual e outro quadradinho igual, há uma apreensão intuitiva; ao ver uma minhoca, também há uma apreensão intuitiva. Uma não é mais exata do que a outra, ou mais verdadeira do que a outra, porque *sempre* se trata — nesse ato de apreensão intuitiva — de apreendermos uma forma que está aparente, visível, manifesta. Na identidade dos quadradinhos, por exemplo, há uma possibilidade de erro, porque se está dizendo que um quadradinho é igual a outro *sob determinado aspecto*. Pode-se objetar que eles não podem ser iguais porque estão em dois lugares diferentes da lousa. Ou seja, espacialmente eles não são o mesmo. Tratou-se da identidade dos quadradinhos enquanto figuras geométricas e não enquanto desenhos substantivos desenhados por uma mão humana numa lousa. Sob este último aspecto eles não são iguais. Eles são iguais apenas na sua forma geométrica, mas espacialmente não são o mesmo, porque não estão no mesmo lugar do espaço.

[00:20]

Portanto, mesmo na apreensão de uma coisa tão simples como “quadradinho igual a quadradinho” existe certa margem de erro, por assim dizer. Essa mesma margem existe na percepção sensível. Isso quer dizer que o que se apreende pela visão é exato, o problema é o conceito sob o qual se vai classificar o que foi visto. Por exemplo, ao vermos uma minhoca e um cadáver de minhoca, percebemos que as duas são minhocas. Mas pode-se objetar que uma não é propriamente uma minhoca: ela foi uma minhoca. A forma sensível da minhoca morta é a mesma forma da viva, só que uma se move e a outra não — pode acontecer inclusive de uma minhoca viva estar parada.

Então essa margem de erro existe tanto na percepção intuitiva do mundo físico quanto na percepção de formas lógicas, porque, ao lidarmos com signos, sempre existe o elemento de ambiguidade. Na

passagem da percepção ao signo há sempre uma margem de ambiguidade, mesmo no pensamento lógico maximamente exato. Essa margem de erro sempre pode ser corrigida mediante análise crítica, ou seja, pode-se retornar e retificar: é uma minhoca *sob certos aspectos*, que tem a forma da minhoca, mas está morta.

Apesar de haver sempre a possibilidade de correção, não existe nenhuma maneira de introduzir uma correção automática no primeiro juízo; para corrigir sempre é necessário haver outro juízo posterior. E notem que isso vale tanto para a demonstração lógica quanto para a percepção sensível. Isso acaba com a ideia de que a percepção sensível é muito inexata e o raciocínio lógico muito exato. A margem de erro é exatamente a mesma, porque é uma margem da ambiguidade dos signos.

Já que sabemos disso, quero passar à leitura de um texto do Friedrich von Hayek que parece estar colocado a uma distância enorme deste assunto, mas não está. No fim vamos ver em que ponto as coisas convergem. O texto está no livro *The Counter-Revolution of Science: Studies of the Abuse of Reason* (*A contra-revolução da ciência: estudos sobre o abuso da razão*), publicado pela primeira vez em 1952 pela *The Free Press*. Estou usando aqui uma edição publicada neste ano, na qual o texto está nas páginas 28 a 34.

Os mesmos enganos que aqui aparecem repetem-se em uma infinidade de livros. Peguei de preferência o texto de um autor que eu aprecio, justamente para mostrar como esses erros estão disseminados a tal ponto que mesmo as pessoas que teriam o máximo interesse em desmenti-los frequentemente os repetem sem perceber que estão serrando o galho onde estão sentadas. Eu vou fazer a melhor tradução que eu puder aqui.

“Houve três obstáculos principais ao avanço da ciência moderna contra os quais ela lutou desde o seu nascimento na Renascença; e muito da história do seu progresso poderia ser escrito em termos da sua gradual vitória sobre estas dificuldades. O primeiro obstáculo, embora não o mais importante, foi que os vários raciocínios aos quais os eruditos tinham se acostumado a devotar a maior parte de seus esforços consistiram em analisar opiniões de outras pessoas. Isso foi assim não só porque nas disciplinas mais desenvolvidas à época, como Teologia e Direito, esse era efetivamente o objeto real de estudo, mas ainda mais porque durante o declínio da ciência na Idade Média pareceu não haver melhor maneira de chegar à verdade sobre a natureza do que estudar as obras dos grandes homens do passado. Mais importante foi o segundo fato, segundo obstáculo: a crença de que as ideias das coisas possuíam alguma realidade transcendental e de que analisando ideias poderíamos apreender algo ou tudo sobre os atributos das coisas reais. O terceiro e talvez mais importante fato foi que o homem tinha começado por toda parte a interpretar os acontecimentos do mundo externo segundo a sua própria imagem — como animados por uma mente como a sua própria mente — e que, portanto, as ciências naturais encontravam por toda a parte explicações feitas por analogia com o trabalho da mente humana, com teorias antropomórficas ou animísticas que buscavam um desígnio, tensão, propósito e se satisfaziam se encontravam nele a prova da operação de uma mente agente, uma mente dotada de intenção.

“Contra tudo isso, o persistente esforço da ciência moderna foi o de ir ao encontro dos fatos objetivos, cessar de estudar o que os homens tinham pensado sobre a natureza, ou com relação aos conceitos enquanto imagens verdadeiras do mundo real, e acima de tudo descartar todas as teorias que pretendessem explicar os fenômenos imputando-lhes uma mente *dirigente* tal como a nossa própria. Em vez disso, a sua principal tarefa se tornou revisar e reconstruir os conceitos formados desde a experiência comum na base do teste sistemático dos fenômenos (quer dizer, substituir a experiência comum pelo teste sistemático), de modo a poder reconhecer melhor o particular como exemplo ou como caso de uma regra geral. No curso desse processo, não somente a classificação provisória que os conceitos comumente usados forneciam, mas também as primeiras distinções que as diferentes percepções dos nossos sentidos nos fornecem, tiveram de ceder caminho a uma maneira

completamente nova e diferente segundo a qual aprendemos a ordenar e classificar os exemplos do mundo externo.”

Depois eu vou voltar a isso e comentar palavra por palavra.

“A tendência de abandonar todos os elementos antropomórficos na discussão do mundo externo chegou mesmo, no seu mais extremo desenvolvimento, a levar à crença de que a exigência mesma de uma explicação está baseada em uma interpretação antropomórfica dos acontecimentos e de que a ciência deveria, em vez disso, fornecer uma descrição completa da natureza.”

Ou seja, passa-se da explicação a descrição.

“Há, como veremos, esse elemento de verdade na primeira parte da afirmação de que podemos entender e explicar a ação humana de uma maneira que não podemos aplicar os fenômenos físicos e que, conseqüentemente, o termo ‘explicar’ tende a permanecer carregado de um significado que não é aplicável aos fenômenos físicos.”

Ou seja, haveria explicações somente das ações humanas, explicação subentendendo uma intenção um porquê, ao passo que na natureza estamos lidando com um processo totalmente diferente que só pode ser descrito e não propriamente explicado.

“As ações de outros homens foram provavelmente as primeiras experiências que fizeram o homem a levantar a questão do porquê, e ele precisou de um longo tempo para aprender — e parece não ter aprendido completamente — que, com os acontecimento que não são ações humanas, não se pode esperar o mesmo tipo de explicação que se pode esperar obter no caso do comportamento humano.”

[00:30]

Vamos examinar primeiro essa parte e depois o restante. O livro se destina a fazer uma crítica da mentalidade científica moderna, que aplica ao mundo das ações humanas (a economia, a sociologia, a política etc.) as mesmas técnicas, instrumentos e conceitos descritivos usados em ciência natural. O objetivo — com o qual concordo completamente — é tecer uma crítica a essa espécie de naturalização do pensamento científico nas áreas humanas.

Ocorre que no começo do livro Hayek faz uma série de concessões a essa mentalidade naturalística, supondo que as alterações metodológicas introduzidas na Renascença são legítimas em si e indiscutíveis; e que elas visariam a corrigir três defeitos (ou obstáculos) supostamente comuns a todo o pensamento antigo e escolástico.

Os defeitos são os seguintes.

Primeiro defeito. Segundo Hayek, os cientistas, os eruditos, os filósofos haviam se acostumado a raciocinar a partir do exame das opiniões de outras pessoas. Diz ele: “parecia não haver melhor maneira de chegar à verdade sobre a natureza do que estudar as obras dos grandes homens do passado”. Ora, isso é um erro histórico monstruosíssimo, mas está tão disseminado que praticamente qualquer manual de história do pensamento repete como se fosse um dado histórico óbvio: “durante a Idade Média só se discutiam textos, só se discutiam as opiniões a partir de terceiros e apenas depois se começou a investigar os fatos da natureza”.

O estudo cuidadoso mostra, pelo contrário, que é justamente na passagem da Idade Média para a Renascença que surge o culto dos grandes livros do passado, que absolutamente não existia antes.

No livro *A evolução da física*, Albert Einstein e seu auxiliar Leopold Infeld dizem que o pensamento de Aristóteles havia dominado como autoridade absoluta todo o pensamento até o advento da ciência moderna. Ora, isso é algo inteiramente absurdo.

Em primeiro lugar, porque do que sobrou de Aristóteles só se conhecia na Europa uma parte muito pequena referente aos livros de lógica. Especialmente a Física aristotélica só chega ao conhecimento do Ocidente no século XIII. Mesmo se supondo que esses livros tão logo chegaram tenham desfrutado de uma autoridade total, isto não abrangeria toda a história do pensamento desde a Antiguidade até o advento da Renascença, mas apenas dois ou três séculos, quer dizer, do século XIII até mais ou menos o século XV ou XVI. Em segundo lugar, o fato é que os livros de Aristóteles, especialmente a Física, longe de desfrutar de uma autoridade automática, foram todos rejeitados e houve até um concílio que condenou explicitamente 23 teses da Física. Como é então possível dizer que este autor da Antiguidade desempenhou uma autoridade absoluta durante aquele tempo?

E, ao observar os pontos que foram rejeitados, vê-se que a maior parte não o foi por não se coadunar com a doutrina cristã, mas sim por não se coadunar com as observações da realidade tal como eles a entendiam. Só depois de Santo Alberto Magno e de São Tomás de Aquino terem reinterpretado Aristóteles aquilo se tornou mais ou menos aceitável. E tornar-se aceitável não quer dizer começar a gozar de autoridade absoluta, mesmo porque havia outra corrente dentro da Igreja, a corrente agostiniana, que estava muito mais próxima do pensamento platônico do que do aristotélico. Então, a rigor, Aristóteles nunca desfrutou de uma autoridade total, nem ao menos tão avassaladora quanto a que a visão moderna lhe atribui. Trata-se, portanto, de um mito que não é sustentável de maneira alguma pelos documentos.

Em segundo lugar, é preciso ver que a quase totalidade daquilo que os filósofos e teólogos medievais escrevem não é baseada em textos de outros: simplesmente não havia textos da Antiguidade nos quais eles pudessem se basear como autoridade. A moda dos textos da Antiguidade surge por volta do século XV, XVI, isto é, em plena Renascença. O que eles tinham de autoridade era a Bíblia, mas uma observação cuidadosa fará notar que a maior parte do que se escreve à época não é tirada dela ou dos livros da Antiguidade, mas de uma coisa que em geral os estudiosos desconhecem: a experiência acumulada da vida cristã que consiste em uma sequência de experiências interiores muito sutis e evanescentes, nas quais o indivíduo busca a salvação da sua alma; busca de algum modo conhecer os seus pecados e fraquezas, rememorar o que se fez, o que se deixou de fazer e busca continuamente reformar-se perante Deus. O ato de juntar o patrimônio de pecados, apresentá-lo perante Deus no ato da Confissão e depois ser refeito pela Eucaristia: essa é a experiência cotidiana vivida por esta gente e é daí que eles tiravam as deduções, e não de livros, embora muitas vezes essas experiências fossem descritas em termos antigos.

A quase totalidade da filosofia medieval é uma reflexão sobre a experiência interior da vida cristã. Essa é a experiência de todos os filósofos escolásticos e de todos os seus discípulos. O observador moderno ao acompanhar as discussões escolásticas prende-se somente às proposições formais que estão ali escritas. Mas elas subentendem, da parte da platéia e da parte do expositor, toda uma experiência interior que para o moderno é completamente opaca — não existe. Ele vai entender experiência apenas no sentido científico atual de “experiência de laboratório”, então vai dizer que a filosofia medieval não era baseada na experiência. Ora, não era baseada *nesse tipo de experiência*, se bem que esse tipo também não estivesse excluído, pois não se pode esquecer, por exemplo, que as primeiras teses de Galileu foram rejeitadas justamente por não corresponderem à experiência. À afirmação de Galileu de que o Sol é o centro do Universo, a resposta — que, aliás, é uma obra-prima — do examinador inquisitorial São Roberto Belarmino era de que não havia a mais mínima

prova daquilo: era um chute monstruoso que as aparências sensíveis não confirmavam. A argumentação de São Roberto Belarmino era toda baseada na experiência.

O tipo de experiência inventada por Galileu não é fisicamente realizável, é apenas uma experiência hipotética mental. Quando ele diz que não finge hipóteses está mentindo porque ele inventou, por exemplo, um negócio chamado “plano inclinado sem atrito”. Um plano inclinado sem atrito só pode existir idealmente, pois qualquer plano inclinado em que algo role possui algum atrito que naturalmente vai modificar a velocidade com que o objeto desliza por sobre ele. Do mesmo modo, vários outros elementos da ciência moderna, como o espaço absoluto ou o tempo absoluto de Newton, não são experimentalmente realizáveis, não correspondem a nada na experiência.

Veremos que em toda essa polêmica gerada em torno das novas teorias científicas os argumentos contrários eram sempre argumentos de experiência. [00:40] Então como se pode dizer que essas pessoas não ligavam para a experiência? Elas realmente não tinham ainda a concepção do experimento idealizado matematicamente, mas que não observassem os fatos na natureza é uma bobagem sem mais tamanho. Talvez não houvesse ainda a observação tão sistematizada como se passou a fazer depois de algum tempo. De fato, as observações da natureza — como se vê, por exemplo, nos próprios textos de Aristóteles e depois na enciclopédia de Santo Isidoro de Sevilha — são mais uma coleção enciclopédica dos fatos. Mas se não há coleção enciclopédica, se não há a massa indistinta dos fatos, como classificá-los? Em qualquer investigação começa-se coletando fatos que parecem pertinentes ao assunto e só depois há a descoberta de uma entre várias chaves classificatórias e a chegada ou não a algum resultado.

Também esta análise — que Hayek, entre milhares de outros, está fazendo — esquece o gênero literário mais cultivado durante esse período: a alquimia. Os livros de alquimia eram inteiramente baseados na observação da realidade. Havia uma intensa atividade de observação e de experimentação que se desenvolvia paralelamente às discussões acadêmicas, como que em um universo separado (ainda que vários intelectuais acadêmicos participassem das investigações alquímicas também, como Santo Alberto Magno, que tem obras de alquimia e São Tomás de Aquino que tem tratados sobre as forças sutis da natureza e assim por diante). Então, se apagamos toda a bibliografia alquímica — que constitui penso que cerca de 80% da produção escrita da Idade Média — parece de fato que não havia observações da natureza, mas apenas discussões de conceitos abstratos. Claro que tão logo se reintroduz os documentos ocultados nota-se que a perspectiva está totalmente errada.

Esse julgamento é baseado no recorte e análise de duas ou três discussões escolásticas que houve dentro de uma Universidade e na posterior crença que aquele subconjunto analisado era tudo o que existia na época. Fica então a impressão de que eles só discutiam textos e conceitos abstratos, e de que o único método era deduzir as propriedades de um ente a partir do seu conceito abstrato, e acreditar que essas propriedades se observam na natureza. Notem que na maior parte dos casos em que se faz isso — tendo um conceito de um ente bem apreendido na sua essência a partir da sua experiência em si — as deduções de fato vão estar certas. Às vezes elas estarão erradas por causa da ambiguidade da própria natureza, coisa da qual todos os filósofos desde a Antiguidade até a Idade Média sempre estiveram conscientes — o próprio Aristóteles advertia que não confiava muito no método matemático para os estudos naturais porque na natureza tudo é meio ambíguo (as coisas mudam de aparência, algo que parece uma coisa é outra etc). Mas mesmo que esse método puramente dedutivista fosse o único, ainda assim haveria acerto na maior parte dos casos — e veremos mais à frente se este método pode ser substituído por algum outro.

Segundo defeito. Voltando ao texto, Hayek aponta um segundo obstáculo ao desenvolvimento da ciência moderna, mais importante que o primeiro: a crença de que as ideias das coisas possuem alguma realidade transcendental, e de que analisando ideias poder-se-ia apreender algo ou tudo sobre os atributos dos seres reais. Era exatamente disso que eu estava falando: pegar os conceitos universais das coisas, analisá-los, e chegar a alguma conclusão aplicável aos fatos. Ora, em que isso se distingue dos procedimentos da física teórica moderna? Parte-se de dois ou três princípios e tira-se uma dedução, a qual hipoteticamente deve aplicar-se aos fatos. Hayek fala como se existisse somente física experimental, e não física teórica, justamente a parte mais vital e que mais progride na ciência.

Não se pode esquecer que toda a teoria de Einstein foi construída inteiramente com base na pura dedução, sem nenhuma observação experimental. Ele diz que o material científico usado foi lápis e papel, mesmo assim só para registrar o que tinha pensado — na verdade ele usou apenas sua própria inteligência e deduziu um monte de coisas sobre a estrutura da realidade. Então, não vejo realmente que tenha havido nenhuma diferença na passagem de uma coisa a outra.

Além disso, a ideia de que esta crença presidisse toda a investigação na Idade Média é absolutamente falsa, como acabamos de ver pelo caso da documentação alquímica, que está toda aí mostrando inumeráveis observações da natureza. Na época esse era um dos gêneros mais praticados, eram como livros de receitas: havia alquimia, misturada com culinária, fórmulas de remédios etc. Esses livros eram das coisas que mais circulavam na Idade Média e absolutamente tudo ali são observações, embora ainda não muito bem classificadas.

Mas como foi, por exemplo, que Charles Darwin obteve a sua famosa teoria da evolução, senão coletando milhões de fatos desconexos e não classificados? Toda a ciência ou investigação começa assim; há necessariamente uma fase de coleta inicial. Suponha que você é um policial encarregado da investigação de um crime. Se você já soubesse quais são os fatos pertinentes à explicação, já teria a solução e já saberia quem é o culpado. Você começa a coletar fatos sem saber se são pertinentes ou não; essa separação é posterior. Você faz milhões de perguntas que não tem nada a ver. Se você soubesse exatamente quais são as linhas causais, nem precisaria investigar. Como você não sabe, não pode decidir de antemão se um determinado fato pertence à linha de explicação desejada. A fase de coleta é, portanto, inevitável.

Vejam que, por exemplo, na biologia moderna, as grandes classificações só surgem a partir do século XVIII, com Buffon e Cuvier. Eles fizeram as listas das espécies animais por suas semelhanças anatômicas. Mas se não houvesse milhões de bichos misturados, como poderia haver classificação? Seria impossível. A classificação supõe o alcance de certa massa crítica (aliás, um dos momentos mais bonitos de qualquer investigação), que é aquele ponto no qual, após a acumulação de muitos dados, as estruturas e semelhanças começam a aparecer por si mesmas. Mesmo assim, não há certeza, há apenas uma hipótese classificatória passível de teste à medida que se vai tomando consciência da chave classificatória presente como que inconscientemente desde o início.

Eu creio que raras ciências podem se gabar de uma coleta de fatos tão completa e abrangente quanto a dos alquimistas na Idade Média. Mas a prática alquímica não parou nesse período, e, aliás, se intensificou muito na Renascença, curiosamente inspirada justamente pela descoberta da Física de Aristóteles. Portanto, longe de ser aquele conjunto de preceitos dogmáticos que imperou sobre a Idade Média e que foi abandonado na Renascença, a Física foi a nova chave integradora e explicativa que deu impulso à alquimia na Renascença.

Publicou-se mais alquimia a partir do século XV até o final do século XVII ou XVIII do que em toda a Idade Média. E, nesse processo, a Física de Aristóteles era uma nova força inspiradora. Então como se pode dizer que o que caracterizou a Renascença, o “ressurgimento” das ciências, foi o abandono dessa mesma física? Foi exatamente o contrário. Também não se pode esquecer que todos esses cientistas e filósofos que inauguraram a nova mentalidade eram todos (uns mais, outros menos, mas todos, sem exceção) praticantes da alquimia. E essa gente toda foi justamente inspirada na sua prática alquímica pela leitura da, por assim dizer, recém-chegada Física de Aristóteles. Portanto, longe de a Renascença ter sido uma etapa que rompeu com a filosofia aristotélica, e, sobretudo, com a Física, ela foi profundamente influenciada por ela.

Na verdade, o conjunto da Física só foi contestado em dois pontos. No primeiro caso havia erro manifesto: Aristóteles dizia que as órbitas dos planetas são circulares, e Kepler demonstrou que são elípticas. A outra “correção” foi quanto à afirmação aristotélica de que um objeto que não é movido por outro fica parado. Galileu retificou: “o objeto que não é movido por outro fica parado *ou em movimento retilíneo uniforme*”, esclarecendo em nota de rodapé que movimento retilíneo uniforme não existe, é apenas uma unidade de medida. Ou seja, se você comparar o texto de Aristóteles com o de Galileu, eles estão dizendo exatamente a mesma coisa. Portanto a ideia de que a física aristotélica foi abandonada na entrada da Renascença é absolutamente falsa. Quanto às órbitas elípticas ou circulares, realmente há aí alguma importância, porque Aristóteles enxerga os planetas como seres mais perfeitos que os seres terrestres e, como o movimento mais perfeito seria circular, atribui a eles tal movimento. Mas a retirada desse ponto não derrubaria a Física.

No século XX, pela primeira vez as pessoas começaram a ler a Física de maneira correta, sem se deixar enganar pelo título, porque ela não é uma física de maneira alguma, mas sim uma metodologia geral da ciência. Ao examiná-la vemos que o método dialético usado para a investigação é o que hoje se chama de método científico. A dialética é essencialmente confrontação de hipóteses; e qual é a estrutura do raciocínio científico senão a confrontação de hipóteses? É claro que a estrutura interna da investigação científica já estava exposta com todas as suas letras na física de Aristóteles e nada foi mudado ali. É curioso que se tenha levado quatro séculos para descobrir isso. Quando houve, nos anos 70, o vigésimo terceiro centenário (relativamente hipotético) do nascimento de Aristóteles, houve um congresso promovido pela UNESCO (cujas atas eu tenho) no qual a maior parte dos presentes não é de filósofos, mas sim de cientistas: biólogos, matemáticos, físicos. E todos eles dizem a mesma coisa: “isto aqui é o método científico”.

Então aí se vê que a história que se transmite popularmente e que se consagrou nos meios acadêmicos a ponto de enganar um homem inteligente como Hayek, é toda ela uma história da carochinha, uma história sem sentido contada por um idiota. Ao descobrir isso, temos de reconstituir novamente a ordem dos fatores para sabermos onde estamos historicamente, em que ponto da discussão entramos e qual é o *status quaestiones* verdadeiro — não o alegado publicamente, que serve para fins de propaganda política, de manipulação das massas e de auto-engano, mas não serve para nos orientarmos verdadeiramente. Precisamos recontar a história e ver o que realmente aconteceu, então aí a coisa fica muito mais complicada.

Terceiro defeito. O terceiro e mais importante obstáculo seria a interpretação dos acontecimentos do mundo externo segundo a imagem humana, como se os fatos da natureza fossem animados por uma mente que opera de forma análoga à humana. As explicações das ciências naturais seriam baseadas em teorias antropomórficas ou animistas, ou seja, na ideia de que o universo é movido por uma força intencional, como o que hoje se chama design inteligente. Haveria, portanto, uma projeção na natureza daquilo que nós sabemos sobre a intencionalidade da mente humana.

O que significa a intencionalidade da mente humana? O homem tem suas intenções e se conhece como sujeito dos seus atos. Ele age sobre a matéria de uma maneira intencional, com vistas a produzir resultados que quer. Por exemplo, ele coloca um bife na frigideira para fritá-lo até o ponto em que possa consumi-lo: esse é um ato perfeitamente explicável em vista da sua intenção.

A crença moderna consagrada é a seguinte: a ideia de um Deus criador do mundo que age intencionalmente sobre o universo não passa de uma projeção que a mente faz da sua própria estrutura sobre o universo inteiro. A princípio, isso parece até bastante razoável: de fato, a visão do conceito de Deus como uma antropomorfização da natureza está bastante disseminada. Só há um problema: o estudo das civilizações antigas mostra que a ideia de um Deus onipotente, criador, que modelou o universo e atua sobre ele é muitíssimo anterior a qualquer concepção do sujeito humano como agente autônomo. Esta última concepção só surge na Grécia, como está abundantemente documentado na obra-prima do Bruno Snell, um livro chamado *A descoberta do espírito*, às vezes traduzido como *A descoberta do eu*.

A autoconsciência do ser humano como agente autônomo é uma novidade na história: não foi conhecida, por exemplo, no Egito, na Babilônia, nem mesmo em Israel. Nesse último o que se vê é o diálogo de Deus com uma comunidade inteira, não com um agente autônomo, tanto que em todo o Antigo Testamento não se fala da salvação da alma individual, mas da redenção de Israel — mais tarde é que a Igreja interpretará Israel como a imagem da alma. Também na leitura atenta de Eric Voegelin percebe-se que a ideia da alma humana como modelo do cosmos é tardia.

Ora, se eu não tenho ideia clara de mim mesmo como sujeito humano completo e autônomo, se eu me vejo somente como um ato dentro de um complexo cosmogônico e cosmológico que me abrange e que age por meio de mim, e se, portanto, eu não conheço a mim mesmo como agente autônomo, como eu poderia projetar a minha imagem sobre um Deus que criou o universo? É inteiramente absurdo. Mais certo seria dizer — ao contrário — que o ser humano começou a se entender como agente autônomo na hora em que ele se viu pessoalmente como imagem desse Deus. Como assinalado em Eric Voegelin, e descrito com tanta precisão e minúcia, é esse o momento em que pela primeira vez a ordem da alma individual aparece como modelo do cosmo. Para que isso acontecesse, foi necessário que rolasse muita água, e nós podemos documentar a presença clara disso já na vida, no pensamento e nos ensinamentos de Sócrates. Para que isso acontecesse foi necessária a existência de um meio urbano já bem organizado no qual alguns indivíduos se destacassem da mentalidade coletiva e comessem a pensar por si próprios.

Antes de Sócrates não são encontrados exemplos de pensamento individual tão independente da crença coletiva. Pode-se dizer que ele, de certo modo, está contra ou está fora de todo o ambiente cultural e intelectual da época. Ele realmente pensa por si, e então já não pode ordenar a sua alma segundo os padrões que a cidade admite: ele tem de criar outra ordem superior. Os primeiros sinais disso aparecem também no teatro grego, em que o herói é colocado fora da comunidade. Ele é, por assim dizer, o banido, o marginalizado, e tem de encontrar um novo padrão de ordem porque já não pode se integrar harmonicamente na pólis. É somente a partir daí que o indivíduo humano toma consciência de si, não só como agente autônomo, mas como modelo da ordem cósmica. Somente a partir daí se poderia falar de um antropomorfismo, não antes.

[01:00]

Portanto o que Hayek está dizendo, e que é uma convicção disseminada por toda parte, é um erro histórico monstruoso de no mínimo dez séculos. Não existe tal antropomorfismo, o que pode existir é um cosmomorfismo da alma humana que, ao contemplar a ordem cósmica, modela-se por ela. O

antropomorfismo só pode existir a partir do momento em que as almas individuais são tornadas autônomas por uma organização social e política que permita isso. É justamente o que se chamou de democracia na Grécia. A democracia grega, ainda que muito limitada, dava margem ao surgimento do pensamento individual, e, portanto, a uma consciência de “eu” no sentido moderno.

Essa concepção da história está, portanto, totalmente deslocada: dos três pontos colocados por Hayek, nenhum existe e alguns são exatamente o contrário da realidade. Eis a auto-imagem da “comunidade científica”. Não é necessariamente a visão dos grandes cientistas, porque alguns sabem que não é assim, mas a massa, o “proletariado” científico imagina-se dessa forma e passa essa falsa imagem a múltiplas gerações de estudantes. Continuamos aceitando isso porque somos umas bestas quadradas e acreditamos na confiabilidade das autoridades acadêmicas.

Porém a coisa tem consequências ainda mais profundas e mais letais, cuja correção eu acho que é condição indispensável para uma formação intelectual decente hoje. Não se trata de um mero erro histórico. Quem se deixa levar por essas ilusões históricas consagradas impregna-as na mente e coloca-se dentro de uma sequência temporal falsa. Não sabe, portanto, em que capítulo da história está entrando, como um ator que, tendo treinado para interpretar Hamlet, entra no palco sem perceber que está sendo encenado Otelo, e ele representando o texto de Hamlet. Foi exatamente isso o que aconteceu com o Hayek. Ele não é um representante típico do engano acadêmico contemporâneo, ao contrário, é um sujeito com uma atitude bastante crítica em relação a isso — esse livro inteiro, aliás, é uma crítica. Ocorre que ele começa reconhecendo alguma legitimidade a essa mentalidade moderna que se acredita a herdeira de um acontecimento maravilhoso: a descoberta da natureza e a consequente saída daquele mundo opressivo de meras discussões conceptuais e de distinções lógicas que teria sido a vida intelectual na Idade Média. Se o sujeito acredita que este é o lugar dele na história, está completamente por fora e naturalmente não vai desempenhar senão um papel farsesco, do qual muito pouco [de concreto] vai sobrar.

Não obstante, esse engano é passível de descoberta. Um dos que observou isso muitíssimo bem foi um sujeito que não era filósofo profissional: Ezra Pound, o poeta. Inclusive seria até interessante um confronto entre Hayek e ele, porque Pound era um defensor da economia estatista, encantado com a economia fascista de Mussolini — ponto em que estava errado e em que seria desmantelado por Hayek em dez minutos. Mas, apesar de ter falado muita asneira em seu tempo, Pound sempre foi um grande e eficientíssimo leitor dos textos da Antiguidade e percebe que a partir da Renascença todo o imenso maquinário de distinções lógicas, toda a finura da análise conceptual escolástica, tudo se perdeu completamente e cedeu lugar a uma confusão conceptual monstruosa em que boa parte do que nós chamamos de ciência consiste de puro impressionismo.

O famoso conceito de Newton do espaço absoluto, por exemplo, é uma figura de linguagem que não corresponde a nada. Não se pode apontar um único fenômeno na natureza que corresponda a algo chamado “espaço absoluto”. Trata-se apenas, por assim dizer, de um conceito, uma figura de linguagem hiperbólica: o espaço sem as coisas dentro. Se não existisse absolutamente nada, um ponto do espaço seria indiscernível de outro ponto qualquer deste mesmo espaço, então simplesmente não haveria espaço algum. No entanto, em cima dessa figura de linguagem Newton faz uma construção lógico-matemática relativamente magnífica, a qual coincidirá com a realidade *em certos pontos*. Note-se: “em certos pontos” — vamos ver a importância disso para a análise do que vai se seguir.

Espero que estejam acompanhando meu raciocínio. Hayek diz que até então as pessoas partiam das impressões sensíveis, criavam os conceitos e depois, analisando-os, acreditavam poder atingir a realidade das coisas. Então ele diz:

“Que os conceitos ordinários das espécies de coisas que nos rodeiam não forneçam uma classificação adequada que nos habilite a formular regras gerais sobre o seu comportamento em diferentes circunstâncias, e que, para fazê-lo tenhamos de substituí-los (os conceitos ordinários) por uma diferente classificação dos eventos é algo familiar, bastante conhecido. Pode, no entanto, ainda soar surpreendente que aquilo que é verdadeiro com relação a essas abstrações provisórias, deva também ser verdade com relação às próprias qualidades sensíveis que a maior parte de nós estamos inclinados a encarar como realidade última.

Ou seja, todo o mundo sabe que os conceitos das espécies formulados a partir da percepção sensível nem sempre são acertados e que às vezes é preciso substituir a chave classificatória. Mas daí ele diz:

Ainda hoje pode soar surpreendente que aquilo que dizemos sobre as abstrações provisórias também se aplique às próprias qualidades sensíveis que muitos de nós estamos inclinados a encarar como realidade última.

Ou seja, as impressões sensíveis não são em si mesmas um guia confiável e devem ser substituídas por outra chave classificatória.

“Embora seja menos familiar que a ciência rompa e substitua o sistema de classificação dado pelas nossas qualidades sensíveis, isso é precisamente o que a ciência faz.”

Ou seja, a ciência rompe com as qualidades sensíveis e cria outras fontes classificatórias.

“Ela começa com a percepção de que as coisas que nos parecem ser as mesmas nem sempre se comportam das mesmas maneiras. E que as coisas que parecem diferentes para nós, às vezes provam, sob outros aspectos, comportar-se exatamente da mesma maneira.”

Ou seja, coisas que nós percebemos como idênticas às vezes são diferentes e coisas que percebemos como diferentes às vezes são as mesmas.

[01:10]

“E a ciência prossegue a partir desta experiência para substituir a classificação dos acontecimentos que os nossos sentidos fornecem por uma nova classificação que agrupa os objetos não conforme eles pareçam semelhantes, mas sim conforme eles provem se comportar da mesma maneira em circunstâncias similares.

“Enquanto a mente ingênua tende a assumir que os acontecimentos externos registrados pelos nossos sentidos de uma maneira idêntica ou diferente devem, portanto, ser similares ou diferentes sob mais aspectos do que meramente da maneira que elas nos aparecem, o teste sistemático da ciência mostra que isso frequentemente não é verdade. Ela constantemente mostra que os fatos são diferentes das aparências. Aprendemos a olhar como semelhante ou dessemelhante não simplesmente aquilo que parece, cheira, ou se vê similar ou diferente, mas aquilo que regularmente aparece num mesmo contexto espacial e temporal. E aprendemos que a mesma constelação de percepções sensíveis semelhantes pode mostrar que procede de fatos diferentes, ou que diferentes combinações de qualidades sensíveis podem representar um mesmo fato. Um pó branco com certo peso e de certa consistência, sem cheiro ou gosto pode provar ser um grande número de coisas diferentes, conforme apareça em diferentes circunstâncias; ou depois de diferentes combinações de outros fenômenos; ou conforme produza diferentes resultados se combinado de certas maneiras

com outras coisas. O teste sistemático do comportamento em diferentes circunstâncias frequentemente nos mostrará, então, que coisas que parecem diferentes aos nossos sentidos se comportam da mesma maneira, ou pelo menos de maneira muito similar. Não apenas podemos descobrir, por exemplo, que uma coisa azul vista sob certa luz após a ingestão de certa droga é a mesma coisa que uma coisa verde vista em diferentes circunstâncias ou que aquilo que parece ter uma forma elíptica pode provar ser idêntica àquilo que sob um ângulo diferente parece ser circular, mas também podemos descobrir que os fenômenos que aparecem como diferentes, como o gelo e a água, são ‘realmente’ a mesma coisa.”

Então aí há duas noções diferentes de coisa. Por um lado, há a noção das essências dos objetos tais como nós a apreendemos a partir da sua percepção sensível, da qual podemos tirar uma série de deduções hipotéticas quanto aos comportamentos possíveis em diferentes circunstâncias. Por outro lado, há a noção do teste sistemático oferecido pela ciência, ou seja, os objetos serão isolados sob determinados aspectos e investigadas para ver como se comportam sob as mais variadas circunstâncias, até compor um conceito relativamente estável que nos dirá que coisas que parecem ser as mesmas podem ser diferentes, e que coisas que parecem diferentes podem ser as mesmas.

Com isso, a ciência acabará nos fornecendo uma imagem do mundo totalmente diferente daquela que obtemos pelos sentidos. A ciência corrigiria os sentidos, e em última instância acabaria nos fornecendo uma imagem do mundo composta de coisas que já nem mesmo poderiam ser expressas por definições verbais, mas apenas por expressões matemáticas. Então essas coisas não somente não correspondem a nada das nossas percepções sensíveis, mas não correspondem a nada pensável que não matematicamente. Para a pergunta “o que é isto?” a resposta seria uma equação matemática. Não haveria um objeto para o qual apontar e dizer “é isto” ou “é aquilo”.

Como um processo que começou rompendo com o suposto abstratismo lógico das discussões medievais e se voltando para uma observação da realidade sensível pôde culminar em um resultado no qual a definição das coisas já não só não corresponde a nada de sensível, mas nem sequer corresponde ao pensamento humano normal, e só pode ser expressa por equações matemáticas? Quer dizer, supostamente as discussões medievais estariam afastadas do mundo sensível porque só lidavam com conceitos abstratos, mas o que aconteceu foi que, após essa suposta volta da atenção humana para os objetos sensíveis, não obtivemos senão objetos ainda mais abstratos e mais afastados da realidade sensível do que aqueles dos quais os medievais falavam. Naturalmente, eles podiam usar ideias e conceitos abstratos, mas não havia nada como, por exemplo, um neutrino, coisa indefinível, apenas correspondente uma fórmula matemática.

Se o que aconteceu na passagem da Idade Média para a Renascença houvesse sido de fato um retorno da mente humana desde puras discussões abstratas a objetos concretos da natureza, o resultado jamais poderia ser esse. O que ganhamos não foi um conhecimento maior dos entes sensíveis, e sim a sua substituição por outros entes não sensíveis, mas supostamente mais estáveis, cujo comportamento só pode ser descrito matematicamente. É como se a natureza houvesse sido substituída por uma série de formas ou essências platônicas que não correspondem à realidade sensível, mas que supostamente seriam a “verdadeira realidade” por baixo da realidade sensível.

Ocorre que quando este tipo de ciência vai chegando às suas mais elevadas e perfeitas conclusões, descobre-se que as próprias medições dessas entidades puramente matemáticas (que hipoteticamente constituem substratos da realidade física) provoca interferência na maneira como elas se comportam. Ou seja, uma determinada coisa está aqui se não for observada, mas ao ser observada e medida ela já está em outro lugar. A medição torna-se de certo modo não apenas

impossível, mas paradoxal: já não se sabe se aquele objeto é assim em si mesmo ou devido à interferência na medição.

O problema é que toda e qualquer medição é feita com equipamentos corporalmente existentes e não simplesmente constituídos de suas propriedades matemáticas. Por exemplo, um microscópio ou um reator, para serem usados, têm de existir corporalmente, e não apenas matematicamente. Acontece então uma interferência entre o mundo sensível no qual vivemos e o mundo dos objetos “físicos”, que não corresponde a este, é outro. Chegamos então à conclusão de que a física não investiga o mundo corporal, mas sim outra faixa de realidade. Wolfgang Smith levanta a hipótese de que o mundo estudado pela física moderna corresponde ao que Santo Tomás de Aquino chamava *materia secunda*.

A *materia prima* é constituída por mera potência, ou seja, apenas o poder de transformar-se em alguma coisa sem ainda ser nada. Mas se a *materia prima* fosse totalmente destituída de propriedades, seria impossível que pudesse se converter em alguma coisa; é necessário ter já inicialmente alguma propriedade. Então, sobre a matéria prima existe a *materia secunda* que é determinada matematicamente. Essa matéria ainda não tem qualidade alguma; sua única propriedade é ter quantidade, um *quantum*. É nesse conceito de Aristóteles e de São Tomás de Aquino que se concentra a física moderna.

[01:20]

Todo o campo de estudo do que se chama física quântica é o campo da *materia secunda*. Não se trata da matéria no sentido sensível e espacial no qual a conhecemos; são certos componentes internos que não correspondem a nada de substantivo, apenas a um *quantum*, a uma quantidade. A física se voltou para o mundo da quantidade pura. É isso que ela estuda, e nisso obtém resultados francamente espetaculares. Mas qual é exatamente a relação entre esse campo e o campo da matéria corporal, sensível? São relações extremamente complexas como se vê pelo próprio fato que acabo de assinalar. Se fosse possível a medição e observação desses entes puramente matemáticos por meios também puramente matemáticos, não haveria interferência neles. Mas isso não é possível, porque a medição requer um objeto que não seja composto só de suas qualidades matemáticas, mas também de todas as suas qualidades sensíveis, primárias e secundárias. A máquina de medição existe corporalmente e, ao medir o comportamento das partículas, afeta as partículas, porque ocorre um contato entre dois planos de realidade completamente distintos.

Notem que quando a ciência começa a observar os entes da natureza firmemente disposta a transcender o que se sabe pela sua aparência sensível e a buscar neles aspectos mais estáveis que possam ser definidos matematicamente, ela é obrigada a fazer uma seleção, porque nenhum objeto ou ser do mundo sensível chega a nós de maneira pura, constituído apenas da sua essência lógica ou, pior ainda, do seu componente matemático. Eles chegam envoltos em uma infinidade de acidentes.

Eu falei disto aulas atrás: o fato concreto é o fato considerado na multiplicidade dos acidentes necessários para que ele se produza. Por exemplo, para realizar a medição em uma partícula, é necessária uma máquina, que precisa ter sido ou construída no local ou transportada até ali. Esse transporte ou construção não tem nenhuma relação com a medição em si. Não tem nada a ver o eventual atraso do trator que a trazia, causado por um pneu furado. É impossível formular uma lei física que explique ao mesmo tempo o comportamento da partícula e o fato de o pneu ter sido furado: são dois planos de realidade incomensuráveis, mas que no campo concreto estão necessariamente ligados. Ou seja, se ninguém transportou a máquina nem a construiu, ela não está lá e não dá para fazer as medições. Também é necessário que um sujeito faça as medições, para o

que ele necessita estar no laboratório; e para estar no laboratório é necessário que ele não tenha sido retido em casa por um resfriado, por uma mulher chata que está brigando com ele ou por qualquer outro fator. Não existe princípio científico algum que possa explicar tudo isso.

Então qualquer fato concreto está, por definição, acima da possibilidade de qualquer explicação científica, embora possa ser conhecido racionalmente por análise — pode-se recompor mentalmente o universo dos acidentes necessários para que determinada coisa se produza. Por exemplo, um crime: um sujeito atirou em outro na esquina, que veio a falecer. Esse fenômeno se compõe do cruzamento de uma infinidade de linhas causais das quais algumas são necessárias (fazem parte da essência do acontecimento) e outras são acidentais. Por exemplo, o crime tem de ter acontecido em algum lugar, muito embora o lugar onde ele aconteça não determine se ele é um crime ou não. Tanto faz que o tiro seja em casa, na outra esquina ou em outro país, mas não é possível que o crime aconteça em um lugar indeterminado. O lugar é acidental em relação ao crime, mas ele é necessário para que o crime se produza. Este é meu conceito do acidente metafisicamente necessário, que considero um conceito fundamental: o conjunto de acidentes sem os quais ou um fenômeno não pode acontecer, ou um ser não pode estar presente, ou não pode ser conhecido ou algo assim.

Absolutamente tudo que conhecemos na vida real é constituído de fatos concretos. Mesmo coisas as mais simples do mundo, como a respiração. Para respirar há de se estar em algum lugar, não se pode estar num lugar indeterminado. Isso não muda a essência do fenômeno, mas pode mudar a sua funcionalidade. Por exemplo, na Colômbia, a três mil metros de altitude, é como se não houvesse ar: você acende um cigarro e ele apaga na sua frente; já quando voltei para cá e respirei este ar denso e quente da Virgínia, aquilo me pareceu comida, eu parecia estar engolindo um negócio sólido. O mecanismo da respiração é essencialmente “o mesmo”, mas não o seu desempenho.

Eu acho coisa a mais prodigiosa a capacidade da mente humana de lidar com uma infinidade de fatos concretos sucessivos. Na vida real o simples fato de andar supõe a capacidade de absorção de toda uma imensa simultaneidade de fatos concretos, toda uma infinidade de acidentes, e ainda a própria capacidade de perfeita orientação dentro desse conjunto de coisas. É curioso que ninguém perceba essa entre as capacidades superiores da inteligência. Claramente, lidar com o fato concreto é a *principal* capacidade da inteligência; todas as outras são inferiores, mais simplórias e mais mecânicas se comparadas com essa. Pode-se objetar que todo esse mecanismo é inconsciente, mas eu respondo que o mecanismo é inconsciente, não o ato efetivo. Ao dirigir um carro, há um número imenso de percepções que devem ser todas articuladas. Suponha que passe um esquilincho na sua frente — isso acontece muito aqui —; o que o esquilincho tem a ver com as leis de trânsito, com a mecânica do automóvel ou com o objetivo de sua viagem? Aliás, o que a mecânica de automóveis tem a ver com o objetivo da sua viagem? Nada, a não ser que você seja um mecânico de automóvel levando o carro para o dono depois de tê-lo consertado. Mas em geral a viagem é por outro motivo, como pagar uma dívida, e simplesmente se está levando o carro. Existe algum princípio científico que explique ao mesmo tempo a mecânica de automóveis e o processo econômico pelo qual o sujeito se endividou? Isso é absolutamente impossível.

Por definição, a realidade concreta é inacessível a qualquer estudo científico, embora seja racionalmente cognoscível por análise. Mais ainda, qualquer estudo científico de qualquer coisa pressupõe no seu agente (a pessoa do cientista ou do investigador) o conhecimento e a capacidade de orientação na realidade concreta, dentro da qual aquele ponto específico estudado encaixa-se de uma infinidade de maneiras sobre as quais ele tem controle. Por exemplo, ele está trabalhando em um laboratório na investigação da partícula “x” para cujo estudo ele tem uma verba e recebe um salário. Esse salário e a posição dele na universidade ou no laboratório são determinados por uma infinidade de fatores que não tem nada a ver com a partícula, e, no entanto, este mesmo indivíduo é

capaz de se deslocar entre esses dois mundos: o mundo da situação real socioeconômica na qual ele está trabalhando e o mundo daquela partícula; e ele não se perde e não confunde um com o outro.

Dito de outro modo, toda e qualquer remota pretensão de racionalidade que qualquer investigação científica possua ou pretenda possuir baseia-se inteiramente na capacidade de percepção do fato concreto. Imagine o que seria um físico que estudando a partícula se esquecesse de tudo o mais e pensasse que só existem partículas: que não existe nem ele, nem a universidade, nem o laboratório, nem o salário dele, nem a mulher dele que está esperando em casa. É claro que não seria nada, seria apenas um delírio. Todo e qualquer conhecimento científico considerado em si mesmo e fora do quadro concreto é delírio, é loucura. Agora, imagine se é possível isto que está dizendo o Hayek: abandonar o mundo das percepções sensíveis e substituí-lo pelos conceitos científicos dados e fornecidos pelas várias investigações científicas particulares. Isso é absolutamente impossível, nunca aconteceu e não acontecerá jamais. No entanto, o indivíduo está tendo toda uma visão histórica baseada na hipótese de que isso aconteceu.

[01:30]

Veja até que ponto a convicção de racionalidade superior pode levar a um estado de ingênua aceitação de crenças absurdas. E notem bem: eu não escolhi o livro de nenhum idiota, de nenhum ideólogo ou viciado cientificista. Escolhi o livro de um homem que tem uma consciência crítica dos erros cometidos pela ciência, pelo menos no campo específico dele. Acontece que, para examinar os erros que este “método científico” cometeu nas ciências sociais, ele dá por pressupostas as crenças básicas que fundam a mentalidade científica no campo da ciência natural. Ele não discute essa parte. Eu tenho certeza que, se alertado para isso, ele veria que concedeu demais ao adversário. Mas isso é bom para mostrar a fragilidade que até mesmo um pensador liberal, conservador, pode ter ao investigar esta mentalidade cientificista que tomou conta do mundo das ciências sociais.

Por hoje é isso. Nós podemos fazer um intervalo e passar para as perguntas.

Então vamos recomeçar com algumas perguntas. Aqui há algumas; você poderia enunciá-las, Fábio?

Fale alto.

Aluno: Um exemplo forte dessa transposição do ente sensível para o matematizável seria a ideia de fórmula química: uma substância ser descrita a partir do seu número de moléculas, eventualmente a partir da representação do seu formato geométrico. Isso é uma matematização.

Olavo: Sim, sim.

Aluno: Eu poderia pegar um ente concreto, por exemplo, a água que está nesse copo, e descrever a fórmula química, a temperatura (que também é uma matematização), o formato cilíndrico (também uma matematização), e ir acrescentando elementos infinitamente e isso está cada vez menos...

Olavo: Se você somasse todas as determinações matemáticas, não obteria um copo d'água. Esta é a crítica que já foi feita por Leibniz: além de todas as qualidades matematicamente definíveis, um objeto tem de ter existência. A fórmula é a mesma na água hipotética e no copo d'água real. Qual é a diferença, então? A diferença chama-se existência. Ao passar a essa dimensão da existência, a coisa tem de existir em algum lugar, sob certo aspecto e com uma infinidade de elementos acidentais que não podem ser reduzidos à fórmula matemática. Tudo o que existe não existe senão

cercado de uma infinidade de acidentes que permitem a sua existência naquelas circunstâncias, ou seja, toda essa tradição da fórmula na ciência moderna fez abstração do fator chamado existência.

Aluno: Talvez porque os dados matematizáveis já sejam tantos que parece sempre se poder acrescentar outro e mais outro (a luz que incide sobre o objeto, a força da gravidade). Então parece que já se chegaria ao infinito só reunindo as propriedades matemáticas, você já vai dizer...

Olavo: Veja, o fato concreto pode ser decomposto analiticamente, mas os elementos analíticos resultantes dessa decomposição não vão produzir um fato concreto quando somados. Isso porque na decomposição analítica nunca se chega à totalidade dos acidentes necessários, mas apenas a um ponto a partir do qual prosseguir é cognitivamente indiferente. Então a decomposição é possível, mas o contrário — somar elemento por elemento matematizável para chegar a produzir um único fato concreto — é impossível. Porque não há como saltar da fórmula matemática — que é a de um ente meramente possível — para o ente existente.

Ao colocar de fora a noção de existência, a ciência moderna tem de partir de um fato existente que ela própria não vai explicar. Então, em última análise, todo e qualquer conhecimento científico vai ter que ser julgado na esfera da consciência que o sujeito tem de fato concreto.

É por isso que eu digo que a chamada “concepção científica do cosmos” é uma besteira fora do comum. Não é possível construir tal concepção; pode-se apenas construir uma concepção hipotética do cosmos, e é exatamente isso que faz a cosmologia hoje: estudar modelos possíveis do universo sem levar em conta sua existência. Todo e qualquer estudo científico faz abstração de algo chamado existência, portanto só estuda mundos hipotéticos e conexões hipotéticas entre elementos igualmente hipotéticos.

Aluno: Ao ponto de dar nome a certos elementos químicos que estão em certo lugar da tabela, mas que nunca foram observados.

Olavo: Claro, nunca foram observados, claro. Tudo isso só começa a fazer sentido desde a consciência que temos de fato concreto. Essa consciência pode ser aprimorada, mas não pode ser controlada cientificamente, porque é ela que controla tudo no fim das contas.

Com isso, retornamos ao tema do juízo. Um ser humano concreto, existente, tem de dizer se “sim” ou se “não”, de outro modo o “sim” e o “não” se tornarão meramente hipotéticos, consequentemente haverá um problema com os juízos modais, então todo edifício lógico cairá. E como toda ciência moderna se baseia na conexão lógica, ela cairá junto. Tão logo a ciência pretende tomar conta de tudo, ela nega-se a si mesma, ela se autodestrói. Portanto, tem de haver outras formas de racionalidade superiores à científica, capazes de integrar em um relance a multiplicidade de acidentes que compõem um fato concreto e ordenar tudo direitinho, coisa que incrivelmente estamos fazendo a cada segundo das nossas vidas.

A razão de sermos capazes de fazer isso faz-nos retornar ao famoso tema da imortalidade. Um bichinho cuja vida psíquica estivesse totalmente determinada pelos fatores corporais que presidem a sua existência terrestre imediata jamais poderia fazer isto. A dimensão de fato concreto, por exemplo, não existe para os animais; eles são terrivelmente abstratos e não conseguem integrar todos os aspectos, muito menos imediatamente. É a famosa teoria do *Umwelt* do biólogo Jacob von Uexküll: vivemos no mundo, mas um animal vive apenas no seu mundo. É também a ideia de Xavier Zubiri: a dimensão a que chamamos realidade objetiva só existe para o homem, para o animal só existe a subjetiva. O animal sente calor ou frio, mas nós sabemos que o calor é quente, e

que o frio é frio. Nós sabemos que há uma qualidade em si mesma, independente de nós a estarmos percebendo, dimensão objetiva essa que não existe para o animal.

A percepção de fato concreto só é possível porque somos almas imortais. A duração de uma única alma imortal é superior ao tempo de existência de toda a história humana e de todo o universo físico concebível. Nós podemos conceber o universo como existindo indefinidamente, mas, como ele é um campo submetido a leis físicas determinadas, ele teve um começo e terá um fim. A dimensão de eternidade é incompatível com a existência eterna do universo (a concepção dos antigos da eternidade do universo era apenas uma figura de linguagem). A verdadeira realidade na qual nós existimos é o universo das almas imortais. Nós estamos como em uma rede de almas imortais [01:40], e dentro desta rede existe um negócio que se chama existência corporal.

Para perceber isso é preciso primeiro o sujeito ter tomado consciência de sua imortalidade. Para isso é inútil dar ao sujeito uma prova de imortalidade. Embora as provas — pelo menos quanto à incorporeidade do nosso conhecimento — existam em quantidade abundante, mesmo conhecê-las todas, não significa que o sujeito tenha tomado consciência de imortalidade, porque essa tomada de consciência é feita em um nível pessoal. Trata-se de uma mudança do nível de responsabilidade do sujeito. Assim como no simples juízo é necessário um sujeito humano que assuma a responsabilidade de dizer “sim” ou “não”, no campo da imortalidade também é necessário um ser humano que assuma a sua própria imortalidade. Não basta saber que ela existe, o que é preciso não é saber que *o ser humano* é uma alma imortal, é preciso saber que *você* é uma alma imortal. A partir daí as coisas do mundo são vistas em outra escala.

Por isso eu digo que a imortalidade é o conceito número um da filosofia: se a imortalidade é a escala na qual efetivamente existimos, encarar as coisas de outra escala diminutiva e meramente terrestre deforma o quadro inteiro. E, no entanto, existem muitas pessoas que religiosamente “creem” em alma imortal e não obstante creem também viver dentro de um mundo físico determinado dentro do qual surgem as almas imortais. Isso é impossível, pois as almas imortais, por definição, não dependem da existência do universo físico, então não podem estar dentro dele. Elas não podem ser uma função do universo físico, ao contrário, o universo físico é um campo que se recorta dentro da rede imensurável das almas imortais. Ou seja, a realidade humana, que é o universo das almas imortais, é infinitamente maior do que a duração de toda a história terrestre, a duração de todo o universo físico e é nesta escala que temos de entender as coisas, sob pena de ver tudo deformado.

E justamente por sermos almas imortais temos esta capacidade extraordinária de unificar em um relance o universo inteiro dos fatos concretos e de seus determinantes acidentais metafisicamente necessários. Nenhum ser que fosse inteiramente determinado pela sua constituição corporal poderia jamais fazer isso. O simples fato de conseguir guiar um automóvel e conectar os elementos mais disparatados (a mecânica do automóvel, a finalidade da viagem, o fato de que tem um esquilo cruzando na sua frente) congrega dimensões que cientificamente não são passíveis de conexão e redução a um princípio científico comum, e que, no entanto, conseguimos unificar de uma maneira inteiramente racional.

Aluno: De certa forma você é maior do que aquilo.

Olavo: Você é muito maior do que aquilo, sim. A alma humana é maior do que o universo inteiro. Nós não somos onipotentes, evidentemente; estamos limitados pelo fato de existirem outras almas e de cada uma delas ser imortal. O verdadeiro mundo objetivo é o mundo das almas imortais, o conjunto inteiro de todas as que existem e de todas as que vão existir: é muito grande,

impressionante. E dentro disso existe um pontinho comum, como se fosse um ponto de interseção, que nós chamamos de universo físico.

Isso não cai de maneira nenhuma em um subjetivismo idealista, porque nós estamos no universo objetivo: não tenho o poder sobre as outras almas, não as criei e, sobretudo, não me criei a mim mesmo. Na hora que me percebo como alma imortal, percebo-me não somente como uma criação irrevogável — algo que veio para ficar, inextinguível —, percebo também a minha absoluta falta de fundamento. Percebo que eu não tenho em mim o fundamento de mim mesmo. Por mais que eu procure, não posso dizer que minha existência seja em si mesmo necessária ou que dela dependa a constituição do cosmos ou a existência de outras almas.

Então no mesmo instante em que há a percepção do imenso poder de alma imortal, há também a percepção da total fragilidade e inconsistência e é somente aí que se abre a chamada transcendência, pois a alma carnal não pode ter a menor noção do que seja isso. As pessoas em geral falam que todos tem a aspiração da transcendência, coisa de que eu discordo totalmente. Entre a alma carnal e a transcendência há uma mediação: a imortalidade. Só na dimensão de imortalidade é que você percebe a existência de uma transcendência, a existência de algo que está infinitamente para além do você e que o constituiu como realidade, que o instituiu, por assim dizer. Você percebe também que isso é coisa que você jamais poderia fazer; você percebe clara e experimentalmente que não tem o poder de se auto-constituir.

Aluno: Isso daí me... eu fiquei muito...

Olavo: Fale mais alto para o pessoal ouvir.

Aluno: Parece-me que Kierkegaard diz exatamente isto, que o ser humano é uma síntese do eterno com o temporal, que há uma passagem de consciência para perceber que somos eternos e aí nessa passagem de consciência de perceber a alma imortal é que você percebe quem a constituiu e você percebe Deus.

Olavo: Eu não sei se você percebe quem a constituiu, porque aí...

Aluno: Mas alguém a constituiu...

Olavo: Algo... A causa não está em mim. Daí se abre a dimensão da transcendência. Somente aí.

Aluno: Ele diz isso no Desespero humano, que eu li. Agora, no livro seguinte que eu não li, que de fato eu li só o resumo é que ele fala em salto de fé. O que aconteceu?

Olavo: Eu não sou um grande conhecedor de Kierkegaard; sei que ele mencionou isto, e aliás não foi o único. Eu acho que o problema maior é, por assim dizer, a falta de uma técnica correta para essa percepção. Curiosamente a técnica existe e eu acho que começa pela meditação sobre o fato de que você sempre foi você. Por baixo de todas as suas experiências, de todos os seus estados, de todos os fatos que você atravessou, de todos os seus pensamentos, existe uma constância na presença do eu: ele sempre esteve aí. Quando você está dormindo, ele ainda está presente. Ele não pode ter sido injetado em você desde fora, sociologicamente, como se diz muitas vezes que somos apenas um bichinho sem presença para nós próprios e nos acostumamos a sermos chamados pelo nosso nome. Se eu não tenho nenhuma consciência de mim, como é que eu vou saber que nome se refere a mim? Pode me chamar de qualquer coisa, de Zezinho, de Joaquim, tanto faz.

Então a presença do eu a si mesmo é constante. E não tem nada a ver com a sua atividade psíquica, ela está por baixo desta atividade; a atividade psíquica a supõe. Então é justamente o contrário da tese cartesiana do “penso logo existo”: você existe primeiro e pensa depois. O pensar é apenas uma das muitas funções, das quais a principal é “estar aí”.

Eu não gosto muito de entrar na questão religiosa, mas quando você assume a dimensão de alma imortal percebe que tem um poder extraordinário, que é transcendente em relação à natureza, ao mundo físico etc. Isso significa que você tem um poder decisório sobre o curso da sua vida. O poder da alma imortal sobre o curso da nossa vida na escala mortal é imenso: uma está para a outra como um anjo para um bichinho. Então, você vê também que a alma imortal tem o poder de vontade, o poder de decisão.

O que a alma imortal deve querer? Só nesta escala de alma imortal se entende [01:50] o que quer dizer o versículo bíblico “o que pedir lhe será dado”. Isso não é para a alma carnal, é para a alma imortal. O que a alma imortal pede lhe é dado e percebemos isso claramente. O que pedir?

Eu sugiro a quem tiver essa experiência que peça apenas o perdão de seus pecados e se deixe preencher por um ato de gratidão total, de modo que a própria vida da alma imortal seja totalmente constituída de gratidão, porque perceber que a sua existência não tem fundamento em si; perceber que Deus lhe criou em um ato irrevogável, do qual nunca vai voltar atrás; perceber que não será extinto jamais; perceber que a sua alma tem uma duração superior a de toda a história humana; perceber tudo isso é coisa para fazer a glória subir à cabeça. Todas essas correntes satanistas e de iniciações diabólicas são todas certamente feitas por gente que tinha consciência da alma imortal, nada disso foi feito por bichinhos inocentes.

Está aqui uma pergunta sobre isso. Marco Biancardi pergunta:

Aluno: Se Deus nos criou de maneira irrevogável, como encarar o lamento da pessoa que diz: “Mas eu não pedi para nascer”?

Olavo: Eu acho essa frase uma das mais cômicas que o ser humano pode dizer. Porque se ele existe, é porque ele é possível, então ele está dentro do imenso círculo das possibilidades na mente divina. Cada uma dessas possibilidades é definida claramente como um sujeito humano autoconsciente possível. Pelo simples fato de ele ser possível, ele já está pedindo para nascer. Porque a essência abstrata, a essência eterna, exige se manifestar. A tendência dela é manifestar-se, entrar na existência. Você não está pedindo para nascer, você está exigindo. Então o que você não tem é o poder de saltar da mera possibilidade para a existência, mas quando Deus disse: “Eu te conheci desde antes da criação do mundo”, é disso que ele estava falando.

Como possibilidade na mente divina você sempre existiu, mas de repente saltou para a existência. É isso que você percebe e é sobre a razão disso que se questiona: “por quê?”, “por que eu e não algum outro de tantos possíveis?”. E você percebe que não há motivo algum para isso, então é aí que você entende o que se quer dizer com “Deus é amor”: o amor, como um ato totalmente livre, é o que te constituiu. Deus fez você porque Ele quis, Ele te quis. Daí é impossível conter o sentimento de gratidão. Por isso que já me aconteceu muitas vezes de, tendo cometido um pecado e tencionando me confessar a Deus, sintonizar e, na hora em que estou consciente da minha imortalidade e vou falar a Deus, esquecer meus pecados: a dimensão de “não tem mais”. Você tinha a intenção de obter o perdão, mas automaticamente o perdão já foi dado. É algo incrível, mas realmente acontece. E eu estou sugerindo que todo o mundo pode vivenciar esse estado de uma maneira mais frequente, menos frequente, depende do quanto você queira.

Eu acho que ninguém consegue viver permanentemente no estado de consciência da alma imortal, porque nem tudo em nós é imortal; somos compostos de boa parte que vai ser jogada fora, como se troca de cueca. Por isso mesmo sempre achei engraçado nesses filmes americanos quando as pessoas morrem e vem o amigo, a mulher, o filho e todos se abraçam no cadáver. Todos sabemos que o cidadão não está mais ali no cadáver. Em todos os depoimentos de pessoas clinicamente mortas elas relatam ver a cena de cima. Apegar-se ao cadáver é apegar-se à parte mortal, mas não à verdadeira pessoa, porque o verdadeiro “eu” é o “eu” imortal.

Pode-se ter uma boa imagem ao imaginar que todo o universo é apenas um átomo que compõe a sua alma imortal. Isso é só uma imagem, mas é uma maneira de conceber. É curioso que aí se tem essa experiência simultânea de grandeza e de pequenez. Você percebe a sua grandeza e a sua total miséria, a sua falta de fundamento, e eu acho que esta é a relação legítima entre o homem e Deus. É só aí que se tem uma ideia proporcional das coisas. O salto da fé de que fala Kierkegaard é o salto que a alma imortal dá neste momento pelo ato de confiança. Fé quer dizer confiança, não quer dizer crer numa doutrina. Fé é um ato de confiança e gratidão vivido não como um sentimento na nossa vida comum de alma mortal, mas vivida como sendo a própria substância do seu ser: você se constitui de gratidão, não há outra coisa, não há mais nada.

O que fazem as almas imortais? Elas ficam cantando a glória de Deus vinte e quatro horas por dia, você vai ver isto. Todos nós podemos experimentar isso.

Aluno: Existem infinitas almas possíveis que não foram criadas.

Olavo: Sim, existem as que não foram criadas, além de todas que já foram e das que serão. É um universo objetivo maior do que este mundo físico no qual vivemos e, claro, também regido por suas próprias leis.

As outras almas não estão “dentro” da sua alma; não são partes nem funções suas. Cada alma é uma entidade autônoma, dizendo “eu” em plena legitimidade. E o “eu” é a função divina por excelência da qual nós participamos. O único “eu” que existe de modo permanente é Deus, só ele pode dizer “eu”, tanto que ele diz isto: “Eu sou aquele que é”. Mas você participa disto de algum modo miraculoso e inexplicável.

E note bem: eu não tirei isso da Bíblia, eu não tirei isso de teologia, isso é uma conclusão filosófica e ao mesmo tempo uma experiência real que certamente não fui o primeiro a fazer. O ser humano existe eternamente na mente divina como possibilidade humana determinada, quer dizer: “Fulano de tal, assim e assim”. Então, esta própria essência, tende necessariamente a manifestar-se. Existir como possibilidade de existência temporal, já significa que você tende à existência temporal. Você não tende a existir eternamente como possibilidade, tende a manifestar-se. O simples fato de você dizer “*Eu* não pedi para nascer” é autocontraditório. Dizer “eu” é exigir a sua própria existência, é querer a sua própria existência. Isso aí, mesmo a existência terrestre a mais desgraçada ela já tem isso embutido nela.

Aqui, Hamilton pergunta: “Da mesma maneira que pela experiência percebemos a existência de nosso eu permanente, pela mesma experiência é possível vislumbrar algo do céu e do inferno?”

Olavo: Imediatamente, porque se você percebe a sua própria natureza como expressão de gratidão eterna e de amor eterno, percebe também imediatamente que a rejeição disso não te levará a um nada, mas a uma forma inferior de existência espiritual. A alma que renega Deus não é a nossa alma

carnal, é a alma imortal; essa que é perigosa. Quando se fala, por exemplo, da revolta dos anjos, devemos perceber que eles não eram bichinhos terrestres, eles estavam em outro nível superior de poder e de responsabilidade, no qual também estamos. O fato de na nossa vida cotidiana não nos apercebermos disso, como diria Groucho Marx, não melhora em nada a nossa situação, porque essa é a nossa posição real.

[02:00] Eu considero essa mudança de escala fundamental. Essa é realmente a inauguração da consciência filosófica, que sempre esteve presente nos filósofos da antiguidade. Sócrates, Platão e Aristóteles sempre souberam disso. Para eles isso nunca foi um problema: a imortalidade é um dado. Apenas depois de uma série de mudanças culturais — por meio da “autoridade” de intelectuais, cientistas, filósofos etc. — é que o círculo da nossa existência foi limitado. Agora só podemos saber daquelas coisas que tais ou quais ciências afirmaram. Isso é um absurdo porque o conjunto do que todas estas ciências afirmam só pode ser validado pela consciência geral de fato concreto que temos, a qual é anterior à existência de qualquer ciência.

A pretensão de que a percepção comum é deficiente e de que apenas o conhecimento científico pode reconstituir a verdadeira realidade dos objetos é uma presunção de autoridade gnóstica. Quer dizer: o mundo objetivo só pode ser conhecido por tais ou quais fulanos diplomados em biologia ou física e que vão conversar em uma linguagem que é inacessível ao comum dos mortais. Supostamente todos nós vivemos na fantasia e só o Professor Doutor Fulano de Tal tem o segredo da realidade. Nunca houve uma pretensão de poder mais alta do que essa. E, no entanto, totalmente infundada, porque o que quer que qualquer ciência diga só vale se validado pela nossa consciência de fato concreto, a qual, por sua vez, depende de nosso estatuto de seres imortais. Isso quer dizer que, quanto à realidade concreta, qualquer Zé Mané, um mendigo da esquina ou até mesmo um bêbado tem mais autoridade do que qualquer doutor em física.

Curiosamente, essa consciência do fato concreto, embora possa ser aprimorada, não pode ser ensinada. Todos a tem, evidentemente, e pode-se aprender a torná-la mais clara mediante a disciplina de aceitação da realidade — o que eu chamo de a técnica da confissão. Trata-se de reconhecer aquilo que você já sabe.

Vigora o que já dizia Heráclito: "Os homens acordados vivem todos no mesmo mundo, quando dormem vão cada um para o seu mundo". Então o que é o mundo das ciências, o mundo da cultura moderna? É na verdade uma série de mundinhos particulares que os camaradas construíram e querem nos impor em substituição ao mundo real em que vivemos. Mas que, claramente, continua dependendo deste mundo real, fora do qual não fazem o menor sentido. Vivemos em um mundo criado por Deus e alguns sujeitos querem viver em um mundo inventado por eles. Por mais que eles enfeitem esse mundo — com todos os recursos lógicos, matemáticos, científicos, metodológicos etc. —, ele continua sendo apenas um aspecto infinitesimal dentro do mundo do fato concreto.

Por isso penso que toda a educação moderna está viciada, e apenas vai aprimorar estes indivíduos na construção desses mundinhos — esses "cosmions", como dizia Voegelin — ao invés de abri-los cada vez mais para a realidade do mundo dos fatos concretos em que estamos. Ou seja, há também aí um processo construtivista: em vez de haver a absorção da realidade, há a construção de mundos mentais.

Isto é um poder psicológico tremendo, que exerce grande atrativo sobre as almas ingênuas: entramos na faculdade e há lá cinco professores que detêm o saber exclusivo sobre a verdadeira constituição do mundo, e que conversam sobre ela em uma linguagem matemática inacessível ao vulgo. Isso é gnosticismo elevado à enésima potência. Quem ler o livro do Raymond Ruyer (A

Gnose de Princeton) pode ver que esta pretensão permanece: todos eles acham que sabem a verdadeira constituição da realidade e que o resto da humanidade não sabe. E, no entanto, tudo que eles dizem só faz sentido, até mesmo verbalmente, se colocado dentro do mundo dos fatos concretos que todo mundo conhece.

Quanto mais eu estudo essas coisas, quanto mais penso nisto, mais perco qualquer respeito pelo *establishment* científico. E quando se vê hoje a proliferação da fraude científica por todo o lado percebe-se que é inevitável que se chegasse nisso, porque há um elemento fraudulento na origem. Embora haja muitos elementos válidos, mesmo a validação (a maior parte dela) é feita com base nas conquistas da tecnologia, que eu já mostrei aqui, que não depende deste tipo de raciocínio efetivo, mas que depende de um outro, diferente. Aliás, a existência da tecnologia prova o que digo do fato concreto, porque qualquer objeto técnico, de qualquer natureza constitui-se da fusão de processos causais inconexos e heterogêneos para produzir um determinado efeito. Se não tivéssemos a capacidade de percebermos os fatos concretos não poderíamos inventar um martelo, uma colher — para não falar da roda. Por exemplo qual é a relação científica entre a forma circular da roda e o material do qual ela se constitui? Seja a roda de pedra, madeira, plástico, ela vai rodar. Não há nenhuma conexão cientificamente identificável entre uma coisa e outra. Até se você fizer uma roda de água (faz de gelo!) ela vai rodar do mesmo jeito. Não há princípio científico que explique, ao mesmo tempo, o movimento da roda e a cristalização da água! Ou seja, cientificamente a roda não poderia ter sido inventada. Ela foi inventada pela consciência do fato concreto que consegue juntar fatores inconexos para produzir um efeito desejado. Isso é tecnologia: sempre funcionou e sempre funcionará. A tecnologia pertence, portanto, não às ciências, mas sim à consciência do fato concreto, na qual vários conhecimentos científicos se integram como outro elemento qualquer, frequentemente, elementos empíricos e totalmente inexplicáveis cientificamente.

Então, sobre a pergunta do Hamilton — da possibilidade da consciência do Céu e do Inferno a partir da consciência de Alma Imortal —, eu acho que tal percepção é imediata! Vemos os famosos dois abismos dos quais falava Pascal; vivemos entre duas eternidades, entre dois infinitos, um que vai para cima e outro que vai para baixo. A percepção da sua própria falta de fundamento é muito clara e então se vê que o apego a si mesmo leva à perdição. Enquanto alma imortal, você passa a um estado inferior de existência, que ainda implica em imortalidade, mas não mais a verdadeira substância de seu ser, a qual é constituída de gratidão. Há esta chance, mas a chance de baixo é tão estúpida que a alma a renega quase que instintivamente. O ser humano não foi feito para existir no inferno. A natureza dele é gratidão e júbilo. [02:10]

O esquecimento da dimensão de alma imortal e a análise da alma carnal nos termos da teologia levam a resultados monstruosos porque tudo o que está escrito na Bíblia refere-se à alma imortal. Nada se refere à alma tal como a estuda o Dr. Freud, Wilhelm Reich, nada àquilo que hoje as pessoas chamam sua psique. Se você usa os termos teológicos e bíblicos para julgar a sua alminha mortal, o peso que isso tem em cima de você é absolutamente esmagatório!

Daniel Alves — Você poderia falar um pouco mais sobre o processo de desfazer complexos neuróticos? Seria possível resumi-lo em um método, se existir um, dando alguns exemplos práticos desde a formação da neurose, a sua manifestação e o seu tratamento? Na linha do exercício da confissão, tenho narrado fases da infância e da adolescência que me tem ajudado bastante...

Muito bem, mas não é só narrar, é também tomar consciência da atividade da sua mente carnal na escala de imortalidade, porque a passagem para o nível de imortalidade abole tudo isto. Não que você vá estar livre disto no prosseguimento da linha normal da sua alma carnal. Não, ela vai continuar tendo todas as limitações e complexos dela, você só vai mudar o tamanho das coisas. De

certo modo você tem de pensar como Viktor Frankl: “um complexo não se cura, um complexo se esquece”. Você tem de passar para outro nível. E evidentemente a tomada de consciência da sua alma imortal vai curando você — não tudo de uma vez, mesmo porque não precisa. Este é que é o ponto: você quer ficar tão perfeito que Deus não precise te perdoar nada? Assim você tirou o emprego de Deus. Vão sobrar muitos defeitos porque a natureza da alma carnal é esta: ser defeituosa. E a alma imortal tem a verdadeira liberdade metafísica, ela — e somente ela — pode escolher. A alma carnal não escolhe nada, apenas sofre: só apanha e é enganada o tempo todo.

Ocorre, no entanto, que às vezes atribuímos à alma carnal o nível de responsabilidade da alma imortal, e então nos sobrecarregamos de complexos, autoacusações etc. Daí tem início aquele discurso interior de acusação e defesa, que acaba nos levando a discutir com Deus e a xingá-Lo! Isso não tem nada a ver com a história: é tudo um jogo interno da alma carnal. Por exemplo, a sua tendência para o pecado é possuir a mulher do vizinho, mas aí vem o outro discurso dizendo que você não presta... São dois pedaços da alma carnal que estão brigando. Uma que tem um desejo e outra que tem um temor. Esse temor da represália social, da surra do marido dela ou de que o Bispo vá bater em você é confundido com a moral, e você vai chamar isto de inferno.

Ao elevarmo-nos para a esfera da alma imortal, veremos que o inferno é uma livre escolha. Você vai para o inferno, meu filho, não porque você pecou: você vai para o inferno porque você quer. Há um livro de cinquenta páginas do Monseigneur de Ségur, chamado *L'enfer* (O inferno), que dá uma série de depoimentos de pessoas que tiveram visões de parentes ou amigos que voltaram do inferno e disseram: "Estou aqui por uma sentença justa". Quer dizer, há uma perfeita concordância.

Se formos esperar justiça pelo que fizemos durante nossa vida terrestre, vamos necessariamente para o inferno. Mas não é da natureza de Deus fazer justiça por um pedacinho do que aconteceu, e sim pela totalidade, a qual inclui sua alma imortal, que, como eu disse, é constituída de gratidão. Essa diferença de escala leva muitas pessoas ao desespero, porque de fato elas são almas imortais, essa é a forma de existência delas. Mas se elas se encaram em outra escala, menor e extremamente limitada, estão fazendo um mal tremendo a si mesmas.

Isso não foi um problema durante a maior parte da história humana, porque as pessoas sabiam que eram imortais, isso não era novidade. Sócrates usou alguma técnica para saber que era imortal? Não sei! Ele sempre soube, desde pequenininho. Ao falar da biografia dele, já há implícito que tudo o que se passa aqui é apenas um aspecto da coisa. Claro que este aspecto pode ser julgado em si mesmo, melhor ou pior, mas dentro do conjunto, talvez ele não vá fazer tanta diferença. Então, o método da confissão também tem o seu limite. O limite é dado, primeiro pela memória humana, e segundo pela pertinência. Perante quem a confissão deve ser feita? Perante Deus, que já sabe tudo. Se for só a mente carnal lembrando-se de si mesma e se analisando, você acaba por criar um inferno particular. Você vai entrar naquela autoanálise interminável que irá esfarelar o seu Eu de maneira que você não se reconhece mais, por que nós só existimos verdadeiramente na escala da imortalidade. Então é ali que está a nossa existência, o resto o que são? São aparências, são momentos que foram vividos e que se destinam na verdade a serem esquecidos, à serem absorvidos em uma coisa infinitamente maior. Então é por isso que Santo Agostinho fez a coisa certa, ele faz a confissão perante Deus. Mesmo quando ele está confessando coisas ruins você vê que ele não consegue reter a alegria, o júbilo, de estar ali: "Eu fiz tudo isso, e ainda assim estou aqui e sou imortal" O arrependimento se transforma automaticamente em júbilo. Eu creio que não há comparativo disso na escala humana. Nada que possa haver na nossa convivência de uns com os outros que se aproxime disto.

Pode-se pensar que se está feliz simplesmente por ter sido perdoado. Realmente imaginamos isso na escala humana. Pelas costas de sua esposa você adulterou com umas cinquenta mulheres, depois vai a ela e lhe conta a verdade, ela fala: “Não meu benzinho, não tem importância está tudo bem” É uma alegria, sem dúvida, mas não é a mesma coisa. Não é a mesma coisa porque o perdão da sua mulher não vai te reconstituir integralmente; sempre sobrar aquele passado. Mas na escala da imortalidade ele passa a não ter mais nenhuma importância. Tornou-se outra escala de tempo. A palavra perdão, perdonare (completar o dom) assume todo o seu vigor. Podemos dizer que não é exatamente que Deus perdoe o seu pecado, ele te dá mais possibilidade, mais força, mais existência do que você tinha antes. *Mutatis mutandis*, é como se ele te recompensasse pelo teu pecado ao invés de te punir. Isso nenhum ser humano pode fazer; ninguém pode te devolver o tempo perdido, mas na escala de imortalidade nenhum tempo foi perdido. Eu acho absolutamente incrível que no "ensino religioso" nunca se fale disso. “Não dê para as pessoas essa ideia!”.

Quando Cristo disse: "Vós sois deuses" (Salmo 82:6 e João 10:34), Ele estava brincando? Seria por acaso uma mera figura de linguagem? E quando São Paulo Apóstolo disse “As coisas velhas já passaram” (II Cor 5:17), pois Deus renovou tudo? Só Deus tem esse poder. Se uma pessoa me fez um mal eu de fato posso perdoá-la, mas não posso lhe devolver o tempo perdido. Gostaria até de fazê-lo, mas não dá.

Então quando o Daniel pergunta: “Não estaria eu, com estas narrações alimentando mais uma determinada neurose?” Se a narração for feita pela alma mortal para ela mesma, [02:20] para fins puramente psicológicos, sim! Quando você apresenta a sua vida perante Deus, em primeiro lugar, sua vida lhe aparece com uma translucidez total: você está sabendo de tudo, conhece-se plenamente e ao mesmo tempo tudo isto está neutralizado e transcendido. Assim como Santo Agostinho ao escrever As Confissões, um dos livros mais bem escritos do universo, cujo estilo é de uma beleza e eloquência tremendas. Se Agostinho estivesse atormentado pelos seus pecados, não conseguiria escrever daquele jeito porque não teria a famosa distância estética para escrever. Ele escreve tudo aquilo do ponto de vista de quem está desfrutando o sentimento do perdão eterno, e não de quem está atormentado pelo pecado. Quando se está muito atormentado por uma coisa não se consegue escrever bem a respeito. A famosa distância estética é necessária; é preciso superar o obstáculo e colocá-lo em outro plano. É estar escrevendo uma história passada, já em outra situação.

Através da Ana Regina Guimarães Bolsas, a Jane pergunta: “Como posso fazer esta busca do eu permanente? No caso, voltar ao passado e não permitir que sensações e pensamentos atrapalhem esta busca, se às vezes o que sentimos parece tão vivo e dolorido que chega a ser difícil não cortar o fio?”

Aí o problema é o seguinte: o eu é permanente, imortal, irrevogável; mas os pensamentos vêm e passam, os estados mentais vêm e passam, as emoções vêm e passam, as células de nosso corpo vêm e passam, tudo vem e passa. Lembrem os versos de Guillaume Apollinaire: "*Les jours s'en vont, je demeure*" (do poema "*Le pont Mirabeau*") — "Os dias vão, eu fico". Concentrem-se neste "eu fico", concentrem-se naquilo que sempre foi. Vejam que aquilo que está nos momentos de alegria, de júbilo é o mesmo que está nos momentos de sofrimento, de agonia, de humilhação. Notem aquilo que permanece absolutamente imutável, transcendente a tudo isso. Concentrem-se nisso e deixem que os pensamentos continuem passando. Não tentem pará-los porque isso será apenas opor um pensamento a outro pensamento! O problema não é o que você está pensando, mas o foco de atenção; trata-se do que você está valorizando. E aquilo que em nós é permanente é difícil de prestar atenção justamente por que é permanente. É como ter um som tocando o tempo todo até não ser mais perceptível de maneira distinta. Percebemos o som porque ele muda. O que é o mais permanente, de certo modo, o mais real, o mais óbvio é aquilo de que menos nos lembramos de

perceber, mas é justamente ali que está o caminho das pedras. Você tem de lembrar o eu permanente, tem de sentir a satisfação, a alegria de ser e de lembrar-se "eu estou aqui para sempre". Isto aí neutraliza o efeito dos pensamentos. De certo modo não é uma experiência psíquica, assim como não é uma experiência psíquica você estar sentado em um lugar. Isto é tomar de consciência de um estado e não é pensar nele.

Muitas coisas referentes à consciência corporal podem ajudar nisso. Quando eu fazia Tai Chi Chuan, por exemplo, o professor Michel Weber ensinava a estarmos sempre conscientes do peso do nosso corpo. O peso está sempre conosco, não houve nenhum momento em que ele nos faltasse, mas só o sentimos quando estamos cansados. Nossa atenção se desvia dele porque ele é um fator permanente, mas a partir do momento em que começamos a lembrar do peso toda hora e começamos a prestar atenção nele, os movimentos acabam adquirindo uma consistência maior, e, por incrível que pareça, aumenta a força do corpo. O Michel fazia um teste: mandava-nos primeiramente bater em uma mesa; depois, ao invés de batermos, devíamos simplesmente deixar o braço relaxado e mole (se ficar duro você vai quebrar a sua mão) cair com todo o seu peso: a diferença da pancada é visível. Então aí você vê que o peso tem uma força em si mesmo, que você sempre possuiu, ela sempre existiu.

Do mesmo modo que é possível prestar atenção no peso, é possível prestar atenção em uma coisa chamada "eu". Você não gosta de si mesmo? Claro que deve gostar, pelo menos um pouquinho. Por mais que a pessoa se odeie sob certos aspectos, ela apenas odeia uma qualidade ou outra. Mas o eu mesmo ela não odeia: ela gosta daquilo, gosta de existir. Até mesmo os que falam que não pediram para nascer, o que diriam se batêssemos neles? Não reclamariam? Então um pouco eles gostam de si mesmos! Essa identificação do eu consigo mesmo mostra o contrário da ideia muitas vezes referida de "abolir o eu". Não tem de abolir o eu, tem de assumi-lo, mas o verdadeiro eu. Não se trata do eu histórico ou dos pensamentos, mas sim do "eu" que sempre esteve aí, aquele que se reconhece por baixo dos estados mais disparatados, inconexos e incompatíveis.

Você hoje ama uma pessoa, no dia seguinte você a odeia. Quem ama e quem odeia? É você mesmo. A presença constante do eu é condição necessária, é pressuposto de todos os estados, e é por isso mesmo que é difícil prestar atenção nele; tendemos a prestar atenção nos pensamentos.

Bom! Eu acho que já fomos longe. Então vamos parar por aqui mesmo. As perguntas que restaram ficam para depois. [02:27]

Revisão: Luiz Augusto Freire da Silva, 25/07/2011 [luizaugusto.silva@gmail.com]